



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP

EMANUELA ALVES REIS

EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NO TEXTO DA AGENDA 2030
O GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

BRASÍLIA
2018

EMANUELA ALVES REIS

**EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NO TEXTO DA AGENDA 2030
O GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof. Dr^a Carolina Lopes Araújo

BRASÍLIA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Reis, Emanuela Alves. O Empoderamento da Sociedade Civil no texto da Agenda 2030. Emanuela Alves Reis. Planaltina - DF, 2018. 39f.

Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientadora: Carolina Lopes Araújo

1. Empoderamento. 2. Sociedade Civil. 3. Desenvolvimento Sustentável. 4. Sustentabilidade.
5. Análise de Discurso Crítica. I. Reis, Emanuela Alves. II. O Empoderamento da Sociedade Civil no texto da Agenda 2030.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA

EMANUELA ALVES REIS

**EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NO TEXTO DA AGENDA 2030
O GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Carolina Lopes Araújo (orientadora - FUP/UnB)

Professora Tânia Cristina da Silva Cruz (examinadora - FUP/UnB)

Professor Carlos José Sousa Passos (examinador - FUP/UnB)

Brasília, 7 de dezembro de 2018.

Dedico este trabalho ao meu professor da Universidade da
vida, Sri Prem Baba.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe. O meu diamante puro, me deu força desde criança para tirar notas boas na escola e vencer na vida, não importa quais as circunstâncias que fossem apresentadas no meu caminho. Agradeço ao meu irmão filósofo por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis, bem como por me ensinar e me apoiar.

Agradeço a Deus, o sentido da minha vida. Agradeço por sempre me demonstrar as infinitas possibilidades que tenho de recomeçar, de ser exemplo. Agradeço por todos os anjos que constantemente ele coloca na minha vida para confirmar a minha fé.

Agradeço à minha orientadora Carolina Lopes de Araújo por me acolher e me guiar nesta etapa. Sou infinitamente grata pela sua excelente orientação. Do começo ao fim, soube me conduzir com maestria e afeto. Agradeço pela paciência e pela firmeza, pois, dessa forma, consegui finalizar essa etapa tão desafiadora. Grata por essa aliança que sei que dará frutos incríveis.

Agradeço aos professores que tanto me inspiraram durante a graduação. Primeiramente, a Tânia Cristina da Silva por ter sido a minha madrinha de graduação e, desde o começo do curso, ter proporcionado para mim tantas oportunidades de aprendizado e experiências que tornaram esses anos maravilhosos. Agradeço também ao meu professor e primeiro orientador Irineu Tamaio por ter me ensinado valores essenciais que devem compor a conduta de um gestor ambiental, tais como cooperação, sensibilidade e disciplina. O mesmo carinho tenho por Philippe Pomier Layrargues, Regina Coelly Fernandes Saraiva e Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

Grata aos meus amigos de graduação. À Jessica Sampaio por sua amizade leal, apoio e parceria. Grata à Stephanie, Layra, Ray e Fernando pelos momentos que passamos juntos de conversas, conselhos, incentivos e diversão. Gratidão especial à Najara, Mabilia e Carlos por terem sido tão amorosos e leais durante toda a graduação: vocês fizeram este momento se tornar mais especial.

Agradeço à Soraya por me ajudar a fortalecer as minhas raízes bem firmadas no chão e minha mente no meu coração. Sou grata por sempre me dar força e me incentivar a acreditar em mim.

Agradeço as terapeutas Camila e Ster por me apoiarem de perto nesse momento, bem como por serem minhas confidentes e zelarem pelo meu equilíbrio emocional. Serei eternamente grata. Agradeço também ao médico Marcelo por todo o apoio e cuidado em momentos tão delicados que passei antes de cumprir essa etapa da monografia. Infinita gratidão também à rede de apoio, graças a vocês eu pude me reerguer e tornar essa vitória possível.

Sou muito grata à Adriana Mariz, grande amiga. Sempre esteve por perto me auxiliando, apoiando e aconselhando. Grata aos meus padrinhos Leena e Kapish, por todo amor e presença que sempre me dedicaram. Grata ao meu irmão de coração Radhika, por todo o amor empreendido e pela infinita paciência. Grata ao meu amigo Lucas Amit pela amizade, pelo apoio e pelo incentivo científico.

Agradeço, por fim, à Lorena e Fernanda por acompanharem de perto essa etapa e me apoiarem com tanta presença, amor e carinho. Gratidão amorosa às minhas grandes amigas, Supunya, Yashen, Suniti, Devadatta, Deva Gita, Syama e Sumira. O meu jardim de flores belas.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos.

EPÍGRAFE

O que revela a nossa força não é sermos imbatíveis, incansáveis, invulneráveis. É a coragem de avançar, ainda que com medo. É a vontade de viver, mesmo que já tenhamos morrido um pouco ou muito, aqui e ali, pelo caminho.

É a intenção de não desistirmos de nós mesmos, por maior que às vezes seja a tentação.

São os gestos de gentileza e ternura que somente os fortes conseguem ter.

Ana Jácomo

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos os resultados da pesquisa sobre a representação do empoderamento e da participação da sociedade civil no texto da *Agenda 2030: Transformando o nosso mundo para o desenvolvimento sustentável*. Com o apoio teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, esta pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa com o embasamento de dados documentais que assume como *corpus* de análise de natureza primária o texto oficial da Agenda 2030 em sua versão em português. A análise sociodiscursiva crítica foi aplicada a recortes do texto com menções ao tema da pesquisa. Com o auxílio do software NVivo (QSR, 2017), os excertos foram selecionados e, através de suas ferramentas de consulta e de codificação, foi possível chegar a uma análise profunda e ampla do tema em estudo. A partir das análises realizadas, constatou-se que a Agenda 2030 apresenta grande potencial de promoção do engajamento e da participação de atores sociais diversos, porém, o texto revela fragilidades da Agenda, pois restringe o empoderamento ao empoderamento feminino, não referindo-se a outros grupos sociais, ainda que o próprio texto considere importante a inclusão e o fortalecimento dos grupos sociais minoritários para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. No que concerne à participação da sociedade civil, o texto apresentou propostas genéricas de difícil implementação. Conclui-se que, apesar de reconhecer a importância de promover a participação e o empoderamento social, o texto não apresenta propostas pragmáticas para a participação da sociedade civil e para ações de fortalecimento dos grupos vulneráveis.

Palavras-chave: Empoderamento. Sociedade Civil. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030.

ABSTRAC

This work shows the results of our research on the representation of empowerment and the participation of civil society participation in the text of *Agenda 2030: Transforming our World for Sustainable Development*. With the theoretical and methodological support of the Critical Discourse Analysis approach, this research constitutes a qualitative investigation based on documental data, the primary analysis *corpus* of which is the official text of Agenda 2030 in its Portuguese version. The critical social discourse analysis approach was applied to some parts of the text dealing with the topic of this research. With the aid of the NVivo software (QSR, 2017), samples were selected and, through the software's search and coding tools, we were able to reach a deeper, wider analysis of the topic at hand. Based on the analyses that were carried out, Agenda 2030 was found to show great potential in terms of promoting engagement and the participation of diverse social actors, but the text also reveals weaknesses in the Agenda, which limits empowerment to women's empowerment while failing to mention other social groups, although the text itself does consider it important to include and strengthen minority groups in order to implement the Sustainable Development Objectives. With regard to the participation of civil society, the text puts forth generic proposals that would be difficult to implement. The conclusion is that, despite acknowledging the importance of promoting social participation and engagement, the text does not contain pragmatic proposals for civil society's participation and other actions aimed at strengthening vulnerable groups.

Keywords: Empowerment. Civil Society. Sustainable Development. Agenda 2030.

LISTA DE SIGLAS

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ADC - Análise de Discurso Crítica

ODM - Objetivos do Milênio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	17
1.2 EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL.....	18
2 O HISTÓRICO DA AGENDA 2030.....	21
3 METODOLOGIA.....	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

A apropriação do conceito de empoderamento por movimentos sociais surgiu na década de 70 e, posteriormente, foi incorporada nas ações de organizações não-governamentais (ONGs). Desde então, o conceito foi apropriado pelas agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais. Devido a essa apropriação, o conceito sofreu adequações metodológicas e conceituais relacionada com a tentativa de “despolitização” do termo, conforme explicam Romano e Antunes (2002, p. 5). No entanto, os autores ponderam que, na interação dos atores sociais para a redefinição do conceito de empoderamento – o qual, por muitas vezes, se associou aos conceitos de capital social e capacidades, a definição do termo “empoderamento” passou a ser objeto de disputa ideológica no campo do desenvolvimento. Kleba e Wendausen (2009, p. 10) explicam que há duas principais vertentes teóricas que buscam conceituar o termo empoderamento:

a primeira ligada a ações assistencialistas que cumprem políticas de ajustamento estrutural, com o objetivo de integrar os indivíduos ao sistema capitalista; a segunda vertente (...) defende a autodeterminação de indivíduos e comunidades, objetivando uma participação simbólica e real na busca da democracia e equidade, em que o profissional assume um papel importante na mediação de processos propulsores do empoderamento.

No cerne das ações relacionadas com o empoderamento, a sociedade civil se qualifica como corpo social essencial para estabelecer o intermédio entre o Estado e a sociedade. O empoderamento político se torna fundamental para que a sociedade alcance um novo olhar para o cenário das desigualdades. Vieira et al. (2009) afirmam que o surgimento das organizações do Estado e da sociedade civil é crucial para a diminuição de desigualdades quando estas passam a intervir em questões sociais investindo recursos e concentrando ações direcionadas às pessoas em situações desfavoráveis. Para Kleba e Wendausen (2009, p. 10), empoderamento viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social dos cidadãos, favorecendo-os a se articularem em iniciativas e projetos de ações conjuntas que promovam inserção social e política, bem como ofereçam soluções coletivas inovadoras para problemas complexos e multifacetados.

Nesse sentido, realçam-se os movimentos sociais que contribuem de maneira ímpar para o fortalecimento do cenário de combate às desigualdades sociais. Segundo Vieira et al (2009, p. 145), os movimentos sociais detêm potencial para modificar a realidade das relações sociais a partir de uma nova construção de saberes e significados, promovendo o protagonismo da

sociedade civil. Gohn (2004, p. 24) destaca que o empoderamento da comunidade na ação de protagonista da sua própria história é um termo que se tornou jargão das políticas públicas no novo milênio. “Empoderamento” se refere a um processo que é capaz de promover o desenvolvimento sustentável por meio da ação e da mediação de atores sociais que se apresentam como cruciais para o desenvolvimento de projetos vinculados à promoção de políticas públicas.

Para Burzstyn (2001), a participação social, compreendida como o envolvimento da sociedade nas decisões públicas, é um dos cinco imperativos da sustentabilidade, juntamente com a reforma do papel do Estado, com a globalização sem exclusão, com as mudanças de atitude via educação e com a ambientalização das decisões econômicas. Para se alcançar o desenvolvimento sustentável, se faz necessário um esforço conjunto na construção de um futuro melhor. Segundo Araújo (2014, p. 11), “na construção de um pacto para a solução de problemas comuns e para a promoção de interesses compartilhados relativos ao desafio do desenvolvimento sustentável, é preciso contar com a coalizão de forças envolvendo atores sociais diversos”.

Levando em consideração essa conjuntura da promoção coletiva da sustentabilidade do desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou em 2015 a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, um pacto global no qual se estabelecem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem orientar mundialmente as ações em prol da sustentabilidade até o ano de 2030. A Agenda 2030 se caracteriza por ser um acordo internacional de promoção da sustentabilidade do desenvolvimento adotada pelos 193 países da ONU. O texto da Agenda 2030 descreve os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que se desdobram em 169 metas a serem alcançadas pelos países signatários até 2030.

A Agenda 2030 assume que o empoderamento da sociedade civil é essencial para fortalecer o potencial de participação de diferentes grupos sociais, a fim de que, colaborem na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, equilibrado e duradouro. No entanto, ao considerar que o conceito de empoderamento aporta discursos múltiplos, faz-se necessário identificar quais discursos permeiam o texto da Agenda 2030 e que direcionam orientações pautadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva examinar como a questão do empoderamento e a participação da sociedade civil estão representadas no texto da Agenda 2030.

Para tanto, esta pesquisa se baseia no referencial metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC), aplicando-se as categorias sociodiscursivas para a análise do texto da Agenda

2030. Vale realçar, entretanto, conforme relembra Araújo (2014, p. 30) que “os textos são o material analítico do qual se serve a ADC, porém não são seu objeto de análise. O foco da ADC está no nível das práticas sociais”, isto é, a ADC considera toda a estética do texto para revelar a ética e as motivações de quem o produziu (RESENDE, 2012).

Partindo dessa premissa, os objetivos específicos do presente trabalho são: a) investigar os discursos que permeiam o conceito de empoderamento representado no texto da Agenda 2030; b) identificar a representação do papel da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento sustentável segundo a Agenda 2030; c) verificar quais outros conceitos e ideias se associam à questão do empoderamento e participação da sociedade civil no texto da Agenda 2030; d) compreender o conceito de “Sociedade Civil” representado no texto da Agenda 2030 e quais são os atores sociais mais proeminentes nessa representação; e) identificar o potencial pragmático representado no texto da Agenda 2030 para que a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se traduza em ações de participação e empoderamento da Sociedade Civil.

Na próxima seção, será apresentado o referencial teórico no qual se discutem os principais conceitos e teorias que subsidiam as análises que se apresentam no capítulo 1, que aporta o referencial teórico da pesquisa. O capítulo 2 se presta a contextualização das análises e apresenta o histórico da Agenda 2030. Já no capítulo 3, detalha-se o percurso metodológico que orientou as análises. Por fim, o capítulo 4 apresenta o resultado e a discussão das análises, e a seção “Considerações Finais” busca oferecer um panorama final do que foi discutido ao longo deste trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo “empoderamento” é utilizado com muitas conotações, sejam elas de caráter político, social e mesmo cultural. Para Sardenberg (2018, p. 21), “há ambivalências, contradições e paradoxos nos usos do conceito, como é frequentemente usado como substituto da integração, participação, identidade, desenvolvimento e planejamento”. Por vezes pode denotar uma atitude que visa potencializar o poder, a autoridade e o domínio sobre processos diversificados. No meio político, o termo está relacionado às ações que aferem poder para se alcançar a legitimação. Já no âmbito social, relaciona-se ao engajamento coletivo que proporciona a participação cidadã. No meio cultural, esse conceito exprime ideias vinculadas à conscientização sobre liberdades individuais (HOROCHOSVSKI, 2006, p. 1).

O termo “empoderamento” é usado em língua portuguesa como tradução do termo “empowerment” do inglês. O uso do termo original em inglês é recorrentemente encontrado na literatura específica sobre o tema em diversos idiomas. Em uma análise etimológica da palavra, vale realçar que o termo tem o morfema “poder” (“power”) como radical. Berth (2018, p. 18) discute que “*power* é um substantivo da língua inglesa que significa basicamente habilidade ou permissão para que alguém realize alguma coisa”. A palavra *empower* começou a ser utilizada em 1651, por meio de uma adaptação do idioma inglês chamada *verbing*, onde o substantivo é transformado em verbo. O significado atribuído a esse termo remete a dar poder ou proporcionar habilidade a algo ou alguém. Dessa forma, a palavra “empoderamento” foi resultado da adaptação do termo *empowerment*, usada para designar o fenômeno da capacitação.

De acordo com Baquero (2012) e Horochovski (2006), o conceito de empoderamento começou a ser incorporado à literatura específica na década de 70, permeando a agenda política de diversos atores e instituições envolvidos com movimentos sociais, organizações não-governamentais, governos, empresas, agências e bancos internacionais de desenvolvimento. No ano de 1990, o conceito de empoderamento passou a vincular-se a ações relacionadas ao desenvolvimento. O termo foi utilizado na descrição de objetivos operacionais na política e em programas de ONGs, bem como em propostas de agências de desenvolvimento bilaterais e multilaterais, como explicam Oakley e Andrew (2003, p. 9), os quais ressaltam que, mesmo diante de seu uso corrente, o termo é considerado complexo e está sujeito a diversas compreensões.

De acordo com Romano e Antunes (2002) e Baquero (2012), empoderamento qualifica-se como categoria de natureza ambígua e é algo discutido em diversas áreas em que outros

conceitos são inseridos, como participação, descentralização, capital social e abordagens de direito, de modo que o entendimento do termo varia de acordo com a literatura em que é apresentado.

Para Horochosvski (2006, p. 1), o conceito de empoderamento converge com o conceito de participação cidadã no processo político de tomada de decisões. Nesse sentido, o empoderamento pode ser entendido como a maneira pela qual os indivíduos e os grupos sociais passam a assumir maior autonomia sobre o que lhes diz respeito nos meios político, econômico e cultural.

Vieira et al. (2009) explicam que, para que os grupos sociais possam reconhecer os níveis de controle que os afetam e conseqüentemente terem certo grau de autonomia em suas ações, torna-se fundamental o processo de empoderamento a partir de três perspectivas. A primeira está relacionada ao processo de produção, a segunda, à apropriação de conhecimento e a terceira, à transformação da realidade, a partir da ação de grupos sociais que estão excluídos ou incapacitados de agir em algum aspecto da vida. A fim de que seja possibilitada a atuação dos grupos sociais excluídos ou incapacitados de agir, os autores consideram que os agentes externos representados pelo Estado e por ONGs não devem se assumir como agentes responsáveis por empoderar as pessoas, mas, sim, devem possibilitar e oferecer meios necessários para que estes sujeitos possam ser protagonistas nas micro e macro relações do seu cotidiano (VIEIRA, ANDRADE, et al., 2009, p. 170).

Quanto aos processos de empoderamento, observam-se diferentes concepções na literatura sobre o tema. Alguns propõem que o processo de empoderamento está vinculado ao ato de proporcionar instrumentos para que os grupos oprimidos sejam fortalecidos, outros definem que os próprios grupos oprimidos devem se empoderar. Quanto aos grupos se empoderarem a si mesmos, Berth (2018, p. 14) defende que:

Diferentemente do que propuseram muitos de seus teóricos, o conceito de *empoderamento* é instrumento de emancipação política e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários.

Uma corrente teórica que ajudou a compor as abordagens do conceito de empoderamento, foi a Teoria da Libertação proposta por Paulo Freire na década de 60. Em seu livro intitulado *Conscientização*, Freire (1979) defende não ser necessário oferecer ferramentas para que os grupos oprimidos se empoderem, pois os próprios grupos devem se empoderar por meio da consciência crítica da realidade, juntamente com práticas transformadoras. Tal ideia é

complementada por Berth (2018, p. 27) quando afirma que “a natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será”.

1.1 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Desde a década de 1960, observa-se no Brasil e no mundo o processo de fortalecimento da sociedade civil que passa a se consolidar como ator político coletivo apartidário e não necessariamente institucionalizado, desvinculando-se de ações e métodos tradicionais da política. Nessa época, novos movimentos sociais surgem como atores sociais e sujeito coletivo, e esse processo desenha novos conceitos por meio da prática social derivada do deslocamento da centralidade da luta de classes. As reivindicações dos movimentos sociais passam a incorporar abordagens até então não priorizadas, como os direitos sociais, direitos difusos, temas ambientais, questões de gênero e identidades (HOROCHOVSKI, 2006, p. 2). Gohn (1997, p. 175) explica que:

O terceiro setor, a sociedade civil, as comunidades locais, as redes sociais ou o capital social são alguns destes novos conceitos que visam fundamentar uma economia diferenciada, mais solidária, uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum e, por fim, uma sociedade mais humana.

Vieira et al. (2009, p. 145) explicam que foi a partir da década de 1970 que a noção de sociedade civil na qualidade de ator social passou a ser objeto de elaboração teórica. Uma primeira compreensão sobre o significado da sociedade civil é referenciada por Gramsci (1973, p. 272) apud Wanderley (2012, p. 7) como “o conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados [...] e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”.

As primeiras elaborações teóricas referentes ao conceito de sociedade civil perpassam o conceito de Estado. Rocha e Costa (2016, p. 12) explicam que, no decorrer da História, o entendimento de Estado e o de sociedade civil são interpretados de formas diferentes. As autoras apresentam diversas compreensões sobre sociedade civil definidas por pensadores, tais como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau e filósofos marxistas. Rocha e Costa (2016, p. 12) aportam a definição gramisciniana de Estado e de sociedade civil, segundo a qual:

o Estado é um composto entre a sociedade política — arena das instituições políticas e do controle legal constitucional que compreende os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar — e a sociedade civil, constituída como uma esfera 'privada' ou 'não-estatal', ou seja, o conjunto de instituições/organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias, por

meio do sistema escolar, das igrejas, dos partidos políticos, dos sindicatos, dos meios de comunicação, entre outros.

As organizações sociais se apresentam como uma das instituições fundamentais para a representação da sociedade civil. Vieira et al. (2009, p. 114) ressaltam que as organizações sociais “podem ser entendidas como organizações criadas no âmbito privado, com objetivo público, financiadas por atividades próprias, doações, recursos decorrentes de parcerias com governos ou setor privado”. As organizações sociais, também denominadas organizações não governamentais (ONGs), obtêm informações de cunho social sobre a sociedade e, por meio delas, se organizam para apresentar ao Estado e às grandes organizações as demandas sociais nas áreas da saúde, da alimentação, do lazer, do transporte, bem como aquelas relacionadas a melhores condições de trabalho. As organizações sociais são um canal não governamental por meio do qual a sociedade pode ser representada.

Gohn (2010, p. 11) defende ser importante a participação da sociedade nos assuntos relacionados à vida pública. Para a autora, é benéfico que a sociedade adquira maior poder de controle sobre as decisões políticas e que, para tanto, assegure sua transparência nas políticas públicas. A sociedade civil encontra na participação cidadã seu principal meio de ação em direção à democracia, a qual é seu pressuposto básico.

Assim, é por meio da participação social que os atores sociais exercem o seu dever de cidadania e democracia. Putman (1993) apud Gohn (2004, p. 23) resalta que “os hábitos democráticos derivam de relações horizontais, espírito de reciprocidade e cooperação”. Diante da constatação do autor, conclui-se que os atores sociais somente podem colaborar com um campo social em que as relações de poder não sejam demasiadamente desiguais. Daí surge a importância do empoderamento desses atores para que a democracia seja efetivada na medida em que são estabelecidas relações horizontais, recíprocas e cooperativas entre os cidadãos juntamente com outros atores sociais institucionalizados.

1.2 EMPODERAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

O empoderamento da sociedade civil aborda a importância de se empoderar no âmbito individual como também o processo que se desenvolve no âmbito coletivo. O empoderamento é um trabalho que se realiza politicamente, por mais que perpassa por algumas áreas das atribuições que fazem parte da formação de um indivíduo e das diferenças que se apresentam na coletividade (BERTH, 2018, p. 130).

As questões iniciais relacionadas ao processo de empoderamento de uma comunidade estão envolvidas com os tipos de ferramentas necessárias para se alcançar engajamento coletivo da sociedade civil. Esse processo inclui aspectos críticos, psicológicos, políticos e econômicos, que são representados pelas quatro dimensões do empoderamento, segundo Sardenberg (SARDENBERG, 2018, p. 6): “dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente)”.

A participação social em políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, em esfera local e global, presume o empoderamento de grupos minoritários para que possa haver a efetiva inclusão da sociedade civil nas ações de definição e execução de políticas públicas. Segundo Gohn (2004, p. 26), “o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais”.

O processo participativo vai além de criar consciência crítica ou atuar com protesto nas ruas, a mobilização se torna a nova forma de organizar a população para estar envolvida com programas e projetos sociais. Tal dinâmica participativa redefine a noção tradicional de democracia, pela qual grupos sociais oprimidos apenas tenham acesso às decisões da vida pública por meio do direito a voto nos períodos de eleições. A nova dinâmica participativa presume a participação do cidadão, preferencialmente de grupos sociais variados e representantes de interesses e perspectivas diversas a entidades deliberativas sobre políticas públicas, tais como conselho de bairros, plebiscitos, entidades de consultas populares e espaços de participação que proporcionam diálogos e capturam atenção a demandas frequentemente sufocadas ou negligenciadas (BERTH, 2018, p. 63).

Dessa maneira, Berth (2018) argumenta que, ao se falar de empoderamento social, se fala também sobre democracia, pois “empoderamento na vida pública, também é efetivado pelo exercício dos direitos políticos, dentre o qual a participação como cidadão e cidadã na discussão pública é uma das principais ferramentas” (BERTH, 2018, p. 64).

O empoderamento faz parte do processo inicial que o indivíduo experiencia para que possa gerar resultados de ações coletivas em seu campo social. Para Bert (2018, p. 14), o processo de empoderar-se trata-se de “criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade”. Nesse caso, é importante salientar que o empoderamento é uma ferramenta de engajamento coletivo, mas que primeiramente envolve questões relacionadas a um indivíduo e posteriormente gera resultados na coletividade que envolve o seu grupo social.

A coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elemento(s) em comum, é intrínseco que estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada, a qual será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes (BERTH, 2018, p. 41). Na perspectiva de Berth (2018, p. 130), “primeiramente empoderamos a nós mesmos e posteriormente auxiliamos outros indivíduos nos seus processos de empoderamento, com a consciência de que o resultado final é alcançado pela simbiose do processo individual com o coletivo”, de modo que se empodera um indivíduo, mas o empoderamento é fruto de alterações na dinâmica social e na relação de poder e interesse entre os atores do campo social.

2 O HISTÓRICO DA AGENDA 2030

A trajetória do processo de construção da Agenda 2030 teve início na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Ao assinarem a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992b), os países participantes da Eco-92 se comprometeram com os 27 princípios do desenvolvimento sustentável, pelos quais se reafirma que a promoção do desenvolvimento sustentável deve estar focada nas necessidades dos seres humanos e na proteção do meio ambiente. Deriva-se da Eco-92 a Agenda 21 (ONU, 1992a), a primeira carta de escala planetária com intenções de promover novo padrão de desenvolvimento para o século XXI (PNUD/IPEA, 2017).

No ano de 2012, vinte anos após a Eco-92, 188 delegações e representantes da Sociedade Civil retornaram à cidade do Rio de Janeiro para participarem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, com o objetivo de renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável. O resultado final da Rio+20 se concretizou na forma de um documento intitulado “O Futuro que Queremos”, no qual os 188 países signatários formalizaram a intenção de se estabelecer metas para o lançamento de uma ação global coerente e focada no desenvolvimento sustentável (ARAÚJO, 2014). Este documento, com teor intergovernamental abrangente e transparente, lançou as bases para a formulação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos por meio da Agenda 2030. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se propõem como uma evolução dos Objetivos do Milênio (ODM) (MARTINELLI e ARAÚJO, 2018, p. 19-20).

De acordo com Rezende (2008, p. 186), os Objetivos do Milênio (ODM) foram estabelecidos na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas realizada em setembro de 2000 na Cidade de Nova York, também conhecida por Cúpula do Milênio (*Millennium Summit*), que reuniu líderes de 189 países e da qual resultou o texto Declaração do Milênio (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2000) assinado por 191 países. Os ODM buscaram nortear as ações de desenvolvimento de todos os países signatários para o horizonte de tempo entre 2000 e 2015, tendo estabelecido como prioridade a eliminação da extrema pobreza no mundo até o ano de 2015. A Figura 1 apresenta os oito Objetivos do Milênio por meio da logomarca desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a divulgação dos ODM, em sua versão em língua portuguesa adotada pelo governo do Brasil (BRASIL, 2000):

Figura 1: Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (logomarca)



Fonte: Plataforma ODM BRASIL (BRASIL, 2000).

Com a aproximação do prazo de finalização do período de vigência dos ODM e diante das avaliações dos países signatários da Declaração do Milênio quanto à consecução dos ODM, a ONU se viu impelida a reeditar e ampliar o escopo do pacto global para o desenvolvimento. Martinelli e Araújo (2018, p. 20) explicam que as discussões sobre a reelaboração dos Objetivos de Desenvolvimento se iniciaram quando ainda restavam cinco anos para o prazo de vigência dos Objetivos do Milênio (ODM), isto é, em 2010, quando a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU solicitou a elaboração dos passos a serem tomados após o fim do prazo estipulado para a realização dos Objetivos, 2015. Porém, foi na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável começaram a ser mencionados tal como são conhecidos atualmente.

O parágrafo quinto (§5) do documento “O Futuro que Queremos” (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2012), menciona o compromisso de acelerar o alcance dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, nominando especificamente os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e revelando sutilmente que, até junho de 2012, os ODM não haviam sido alcançados, o que demandava, então, a renovação do compromisso global de promoção do desenvolvimento, que, na Rio+20 passa a ser marcado pelo imperativo da sustentabilidade.

No entanto, é no décimo parágrafo do texto da Rio+20 que é mencionado pela primeira vez o termo “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, relacionando-os à questão da democracia e da participação social, quando se afirma que: “reafirmamos que, para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, precisamos de instituições em todos os níveis, que sejam eficazes, transparentes, responsáveis e democráticas” (ONU, 2012, p. 4).

Mas foi somente em setembro de 2015 que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU foram oficialmente apresentados à comunidade internacional por meio do texto intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015). A Agenda 2030 foi adotada na 70ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, realizada em 25 de setembro de 2015, na cidade de Nova York. Na ocasião, estiveram presentes os representantes dos 193 países-membros das Nações Unidas. Ademais, a Agenda é composta por 17 objetivos, que estão elencados na logomarca do ODS apresentada na Figura 2. Esses objetivos se desdobram em 169 metas. Todo o conjunto das resoluções da Agenda 2030 é pautado pelo compromisso de erradicar a pobreza no mundo e proporcionar uma vida digna para todos, levando em consideração os limites do planeta.

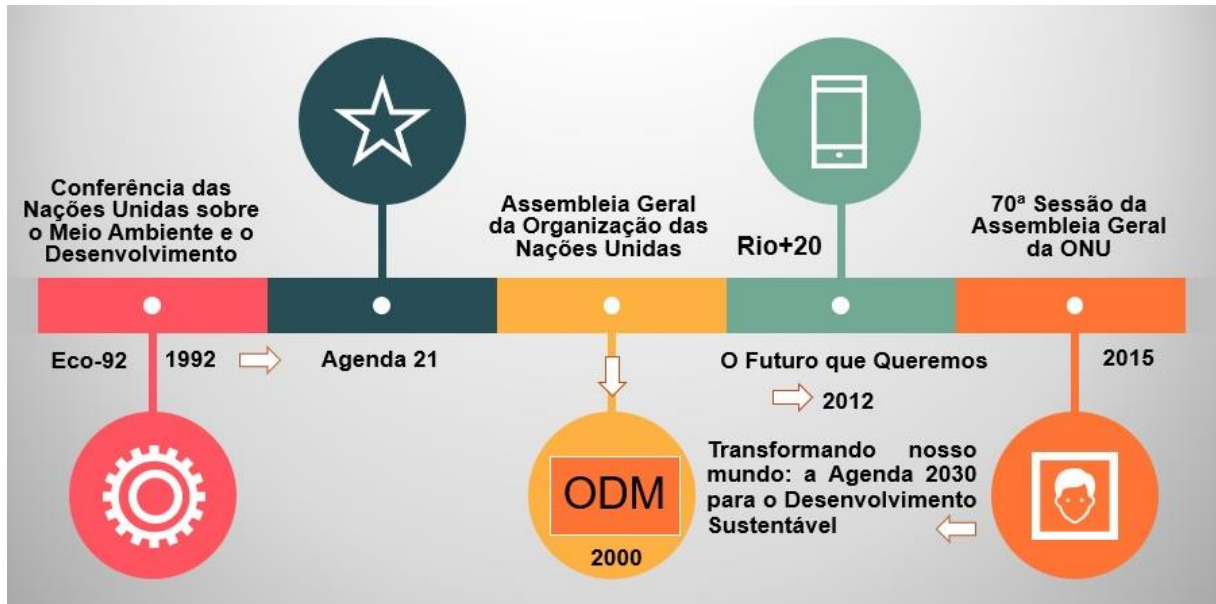
Figura 2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: PNUD/IPEA (2017).

O resgate do histórico da Agenda 2030 acarretou em um importante levantamento acerca dos principais acordos internacionais dispostos desde 1992 até o ano de 2015, ano de lançamento da Agenda 2030. Na Figura 3 consta a representação destes acordos. Em sequência os principais acordos que se encontram na figura abaixo: Agenda 21, Objetivos do Milênio, O Futuro que queremos e por fim o documento, transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável.

Figura 3 Linha do tempo – Acordos Internacionais



Fonte: Imagem criada pela ferramenta Infográfico do PowerPoint.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável e suas metas que compõem o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” são de natureza global e aplicáveis em todo o mundo. O documento leva em consideração as diferentes localidades, assim como as realidades nacionais, as capacidades e os diversos níveis de desenvolvimento em que os países se encontram, respeitando suas políticas e prioridades nacionais. Tais objetivos não são independentes, eles precisam ser implementados de forma interligada. Entraram em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 com planos a serem alcançados ao longo dos quinze anos que se seguem a essa data, conforme previsto no §21 da Agenda 2030 (UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, 2015, p. 6).

3 METODOLOGIA

Baseada na análise de discurso crítica (ADC), este trabalho analisa a representação do empoderamento e da participação da sociedade civil no texto da Agenda 2030. O texto utilizado para embasar este trabalho foi a tradução para a língua portuguesa adotada pela ONU Brasil e pelo Governo Federal do Brasil, disponível na Plataforma Agenda 2030 (PNUD/IPEA, 2017), mais especificamente pelo link http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf; em que é possível acessar e baixar o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nessa versão adotada como *corpus* de análise desta pesquisa, o texto se distribui por 49 páginas que aportam 91 parágrafos da Declaração da Agenda 2030 numerados sequencialmente ao longo do documento – tal como presume o gênero textual das resoluções da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, antecedida pelo preâmbulo que se apresenta nas páginas 1 e 2. No meio do texto, mais especificamente da página 15 até a página 32, isto é, entre o parágrafo 59 e 60 da Declaração, encontram-se a descrição dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas.

A análise de discurso crítica (ADC) assume como premissa fundamental a concepção de linguagem como prática social e como instrumento de poder (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 9). Ramalho e Resende (2011, p. 12) explicam que a ADC, em sua compreensão ampla, está relacionada com um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social. Desse modo, a análise de discurso crítica constitui-se como “uma interdisciplina que oferece um rico quadro teórico-metodológico para investigar a linguagem em sociedade, com base na análise situada de textos” (RESENDE E ACOSTA, 2017, p. 426). A ADC propõe, portanto, abordagem sociodiscursiva no qual o conceito central é o discurso.

O discurso é entendido na ADC como um elemento da prática social (RESENDE e RAMALHO, 2009). Segundo Fairclough (2001, p. 91) “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. O autor defende que “o discurso é socialmente constitutivo”, isso porque “contribui para reproduzir a sociedade, mas também para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Nesse sentido, os textos “carregam propriedades sociodiscursivas relevantes, resultantes de sua produção e circulação na sociedade e, ao mesmo tempo, constituintes dessa mesma sociedade”, conforme explicam Ramalho e Resende (2011, p. 21). Resende (2009, p. 10) utiliza as palavras de Fairclough (2003, p.14) para explicar que

“textos têm consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais, e de que é vital compreender esses efeitos se pretendemos levantar questões políticas e morais a respeito das sociedades contemporâneas”.

Portanto, a ADC utiliza-se da análise dos textos para compreender o funcionamento social da linguagem, esse tipo de análise mostra-se como arcabouço teórico-metodológico adequado para revelar, a partir da análise do texto da Agenda 2030, como os discursos articulados na representação do tema sobre o empoderamento e a participação da sociedade civil contribuem para a manutenção ou para a transformação da relação de poder entre os atores sociais no campo da geopolítica internacional do desenvolvimento.

Apoiada no suporte teórico-metodológico da ADC, esta pesquisa se caracteriza como investigação qualitativa embasada em fontes de dados documentais que assume como *corpus* de análise de natureza primária o texto oficial da Agenda 2030 em sua versão em português.

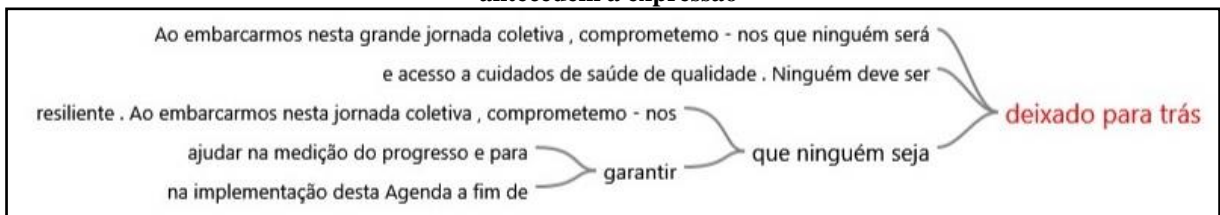
O percurso analítico iniciou-se pela leitura sistemática e criteriosa do texto completo da Agenda 2030. Seguiu-se, então, o procedimento de análise macrotextual, em que foram identificadas e destacadas as passagens do texto relacionadas, direta e indiretamente, com a temática do empoderamento da sociedade civil. Na sequência, iniciou-se a análise microtextual, em que foram selecionados os parágrafos que causaram mais estranhamento, para então nesses excertos aplicar análise detalhada embasada em categorias sociodiscursivas da ADC a esses trechos.

Este tipo de procedimento que se desdobra em dois momentos de análise se faz necessário, segundo Resende e Acosta (2018, p. 429), para “compreender em profundidade a conjuntura social, para uma efetiva investigação das práticas sociais em seu aparato discursivo”. Na análise macro textual foram selecionados 27 excertos e na análise micro textual 6 excertos, cujas análises detalhadas são apresentadas no capítulo que se segue.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira seção da Agenda 2030 - o Preâmbulo -, o texto apresenta questões relacionadas à inclusão de todos por meio da sentença “Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás”. A expressão do compromisso de que “ninguém seja deixado para trás” se repete no texto por 5 vezes (no §4, §26, §48, §72, além do Preâmbulo), como se vê na Figura 3.

Figura 3: Árvore de palavras com termo raiz “deixado para trás” mostrando os 10 termos que antecedem a expressão



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do software NVivo12.

Como se vê na Figura 3, o texto refere-se à Agenda 2030 pelo uso da metáfora “grande jornada coletiva” por duas vezes (no Preâmbulo e no §4), revelando a grande proporção, em termos de “escala”, do que se propõe para a Agenda 2030. Essa ideia de grandeza e de sua magnitude global também está representada no excerto (1) pelo uso da oração “a escala e a ambição desta nova Agenda universal”, que é reiterado, na mesma frase, pelos quantitativos das metas e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A ênfase às suas grandes proporções revela avaliação positiva da Agenda 2030. A implementação da Agenda em nível internacional é de suma importância para a promoção do desenvolvimento sustentável, na medida em que presume o envolvimento de todos os países, resguardadas as especificidades de seus ambientes e tipos de desenvolvimento.

(1) Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Ainda no trecho transcrito no excerto (1), é possível identificar que a Agenda 2030 se apresenta como um legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Observa-se no excerto 1 a utilização da palavra “concluirão”, verbo que denota forte modalidade deôntica, isto é, revela forte compromisso e alto potencial pragmático do que se propõe no texto. Já na expressão “buscam concretizar”, esse compromisso é atenuado, de modo que se revela

moderada modalidade deôntica, ou seja, a expressão modaliza o grau de compromisso com a ideia e atenua seu potencial de se traduzir em ações efetivas (potencial pragmático). Um aspecto importante que deve ser analisado é que o texto “promete” que os ODS concluirão o que os ODM não conseguiram alcançar. Dessa forma, o texto assume que os ODM não foram alcançados, revelando, ao mesmo tempo, a fragilidade dos compromissos assumidos no âmbito da ONU, o que contribui para modalizar (atenuar) o compromisso com a implementação dos ODS.

A imagem que se apresenta na Figura 4, gerada pelo programa NVivo (QSR, 2017), por meio da ferramenta “nuvem de palavras” exhibe, de forma ilustrativa, as 100 palavras mais frequentes nos trechos do texto da Agenda 2030 relacionados à questão do empoderamento e a participação da sociedade civil.

Figura 4: Nuvem de palavras mais frequentes nos excertos referentes à questão do empoderamento no texto da Agenda 2030



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do software NVivo12.

As escolhas lexicais mais recorrentes para tratar da questão do empoderamento e a participação da sociedade civil também acionam o tema do campo semântico da igualdade de direitos (direitos universais) e dos direitos humanos. Isso se revela por constarem, dentre os termos mais frequentes nos trechos que pautam a temática em estudo, as palavras “humanos” e “igualdade”, com 5 repetições cada e “mundo” (com 7 repetições) e “universal” (repetida por 4 vezes).

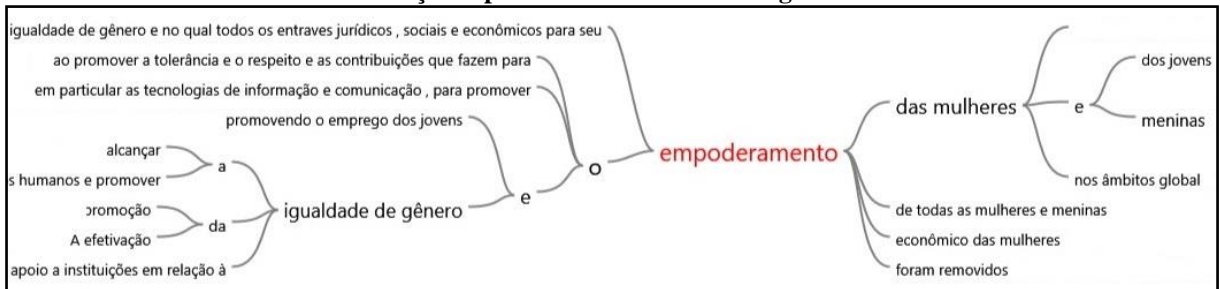
Da observação da Figura 4, saltam aos olhos termos relacionados à questão de gênero (isto é, o termo “mulheres”, que se repete 7 vezes nos trechos selecionados para essa pesquisa; o termo “gênero”, que se repete 5 vezes e o termo “meninas”, que se repete 4 vezes), revelando como a questão do empoderamento, na Agenda 2030, está fortemente vinculada à questão de gênero. A vinculação da representação do “empoderamento” com “mulheres” está expressa na descrição do Objetivo 5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e menina”, bem como no desdobramento das metas vinculadas a esse objetivo, como pode ser verificado no excerto (2).

- (2) *5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais*
5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

A análise dos padrões de colocação dos termos que se configuram no excerto (2) revela que o texto da Agenda 2030 presume que o empoderamento feminino se realize por meio do acesso a recursos econômicos, tecnológicos e políticos. No que se refere ao uso da “tecnologia”, é perceptível o realce que o texto concede às tecnologias de informação e comunicação como instrumento de empoderamento das mulheres.

Essa relação entre empoderamento e questão de gênero também pode ser observada na “árvore de palavras”, que tem como raiz o termo empoderamento em suas 9 ocorrências ao longo de todo o texto da Agenda 2030. A “árvore de palavras” se presta como ilustração dos padrões de recorrência do termo raiz nas estruturas frasais do *corpus* em análise. A “árvore de palavras” apresentada na Figura 5, foi gerada com a ferramenta “consulta de pesquisa de texto” do programa NVivo (QSR, 2017), considerando 15 termos que sucedem e antecedem a ocorrência do termo “empoderamento” no texto da Agenda 2030. A imagem foi modificada com o uso da ferramenta de edição de imagem “Paint” para que pudesse ser diminuída nas configurações de largura da Figura 5, com vistas a resguardar a legibilidade do conteúdo da imagem. A edição da imagem, entretanto, não lhe subtrai o mérito de apresentar como o termo “empoderamento” se vincula à questão de gênero.

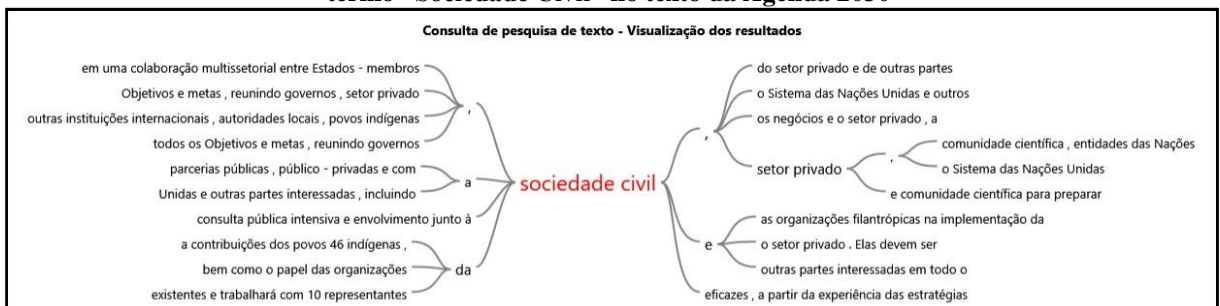
Figura 5: Árvore de palavras com termo raiz “empoderamento” mostrando os termos que antecedem e que sucedem a ocorrência do termo e que vinculam “empoderamento” à questão de gênero pelos padrões de colocação representados no texto da Agenda 2030



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do software NVivo12.

A árvore de palavras é a ferramenta que auxilia os padrões de colocação que associam ideias e conceitos pela justaposição da representação dos termos presentes no texto. Na “árvore de palavras” que tem como termo raiz “sociedade civil”, representada na Figura 6, podemos identificar qual sociedade civil o texto aborda. Na Figura 6, é possível elencar os seguintes termos justapostos à ocorrência da expressão “sociedade civil” no texto: autoridades locais, instituições internacionais, povos indígenas, setor privado, governo, Sistema das Nações Unidas, Estados-membros [da ONU], comunidade científica, organizações filantrópicas, organizações da sociedade civil e “outras partes interessadas”. Assim, a sociedade civil é representada no texto com um agente (*stakeholder*) ou “parte interessada” de importância comparada a outros agentes tradicionais (Estados, setor privado, comunidade científica, instituições internacionais).

Figura 6: Árvore de palavras mostrando os sete termos que antecedem e que sucedem a ocorrência do termo “Sociedade Civil” no texto da Agenda 2030



Fonte: Elaborada pela autora com auxílio do software NVivo12.

No entanto, quando se busca definir o conceito de sociedade civil representado no texto, normalmente o termo surge associado a grupos minoritários, tais como indígenas, jovens e mulheres, demonstrando ruptura de coesão com a ideia de agente de grande importância no contexto da geopolítica internacional, como se vê no §25 transcrito no excerto (3).

- (3) 25. *Comprometemo-nos a fornecer a educação inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis – na primeira infância, no primário e nos ensinos secundário, superior, técnico e profissional. Todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade.*

No seio dessa sociedade civil de que fala o texto, concede-se especial importância às “crianças, mulheres e homens jovens”, representados como agentes de mudanças, como se lê no §51 excerto (4).

- (4) 51. *O que estamos anunciando hoje – uma Agenda para a ação global para os próximos quinze anos – é uma carta para as pessoas e o planeta no século XXI. As crianças e as mulheres e homens jovens são agentes fundamentais de mudança e encontrarão nos novos Objetivos uma plataforma para canalizar as suas capacidades infinitas pelo ativismo em prol da criação de um mundo melhor.*

O §51 anuncia a Agenda 2030 como ação global com perspectivas de potencializar “as capacidades infinitas” desses agentes em criar um “mundo melhor”, e indica a via pela qual essas “capacidades infinitas” de mudança se realizam: o ativismo. No entanto, ao apontar o ativismo como via transformadora para se alcançar “um mundo melhor” – o que é uma definição muito genérica de resultados que beneficiem “as pessoas e o planeta no século XXI”, o texto não aponta os caminhos de ação para que a sociedade civil possa ser agente de mudança do modelo de desenvolvimento em prol da sustentabilidade.

Dessa maneira, isso pode caracterizar ruptura de coesão no texto - marcada pela diferença entre as representações dos atores da sociedade civil, ora como “stakeholders importantes”, ora como aqueles que incorporam grupos vulneráveis, ora como aqueles que transformam o mundo por suas próprias ações e iniciativas – o ativismo – revelam um “discurso vazio” por demasiado pouco específico (muito genérico) e que não aponta para nada de efetivo / pragmático).

No §7, transcrito no excerto (5), a Agenda 2030 se apresenta com visão extremamente ambiciosa e transformadora. O excerto 4 alude à questão dos direitos humanos, abordando aspectos do desenvolvimento que a sociedade vem buscando conquistar há várias décadas, mais especificamente desde 1960. Neste parágrafo, é possível observar que as questões elencadas são de suma importância na busca por direitos básicos da sociedade civil.

- (5) 7. *Nestes Objetivos e metas, estamos estabelecendo uma visão extremamente ambiciosa e transformadora. Prevemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Prevemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de*

qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados. Um mundo em que reafirmamos os nossos compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento e onde há uma melhor higiene; e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável.

O excerto (5) aporta avaliação muito positiva dos ODS, mas, ao mesmo tempo, se releva uma modalidade deôntica enfraquecida, pois os verbos que estão presentes nesse parágrafo (tais como prevemos e reafirmamos) são verbos mentais e dicendis, que revelam pequeno potencial pragmático e baixa modalidade deôntica. O baixo grau de comprometimento também se revela pela escolha do termo “visão”, que aporta uma ideia abstrata, quase idílica, sem representar o pragmatismo que se espera de uma agenda, com metas e objetivos precisos. Desse modo, a frase “nestes Objetivos e metas, estamos estabelecendo uma visão extremamente ambiciosa e transformadora” também carrega em si uma ruptura de coesão no texto e se traduz em baixa modalidade deôntica.

Ao abordar aspectos essenciais aos direitos humanos universais com verbos dicendis, que projetam para um horizonte futuro, o texto revela que tais direitos ainda não se concretizam. Diante disso, “o mundo” previsto e os compromissos reafirmados no excerto (5) são avaliados como imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável que se pretende promover com a Agenda 2030. É com o objetivo de mensurar a capacidade de implementação dessa “visão” “ambiciosa e transformadora” que o texto traz, em seu §72 excerto (6), o compromisso de acompanhamento e avaliação dos avanços da Agenda 2030, revelando alta modalidade deôntica que corrobora a ideia da importância de que essa visão se traduza em ações “pragmáticas” de implementação de um modelo de desenvolvimento marcado pela sustentabilidade.

O final do §72 enfatiza novamente o alto grau de compromisso representado no excerto (6), no período “garantir que ninguém seja deixado para trás”. Vale ressaltar que tal garantia seria o resultado do compromisso pelo engajamento em um “quadro de avaliação robusto, voluntário, eficaz, participativo, transparente e integrado” – todos adjetivos de alta conotação positiva no contexto da Agenda 2030, e não o objeto do compromisso propriamente dito que está representado no §72.

(6) 72. *Comprometemo-nos a nos engajar no acompanhamento e avaliação sistemáticos da aplicação da presente Agenda nos próximos quinze anos. Um quadro de acompanhamento e avaliação robusto, voluntário, eficaz, participativo, transparente e integrado dará uma contribuição vital para a implementação e ajudará os países a maximizar e acompanhar o progresso na implementação desta Agenda a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás [grifo da autora].*

A análise discursiva crítica aplicada ao texto da Agenda 2030, mais especificamente aplicada aos 6 excertos analisados em profundidade com vistas a responder aos objetivos estabelecidos para a realização deste trabalho, demonstram como as fragilidades nas definições e nas associações dos conceitos de empoderamento e sociedade civil representados no texto influenciam o potencial pragmático e transformador de implementação da Agenda 2030. As rupturas de coesão que se apresentam ao longo do texto revelam dificuldades de que as propostas de soluções em prol da sustentabilidade se traduzam em ações e medidas pragmáticas.

A partir das análises realizadas e de acordo com os objetivos específicos a Figura 4 demonstra como foram alcançados esses objetivos e as páginas que podem ser encontrados os resultados obtidos.

Figura 4 – Resultados alcançados dos objetivos específicos

Objetivos específicos	Resultados
a) investigar os discursos que permeiam o conceito de empoderamento representado no texto da Agenda 2030.	Objetivo alcançado a partir da análise da interdiscursividade e pela análise do texto a partir das categorias sociodiscursivas que revelam discursos como (intertextualidade, modalização, representação de atores sociais, funções de fala e análise da transitividade). Resultado obtido na p. 27.
b) identificar a representação do papel da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento sustentável segundo a Agenda 2030.	Objetivo alcançado a partir da observação dos padrões de colocação, dos modos de representação do ator "sociedade civil", das avaliações e da análise da transitividade dos verbos que se associam à "sociedade civil". Resultado obtido na p. 30 e 31.
c) verificar quais outros conceitos e ideias se associam à questão do empoderamento e participação da sociedade civil no texto da Agenda 2030.	Objetivo alcançado a partir da análise (..) identificada por meio das análises obtidas em relação a palavra empoderamento. Resultado obtido na p. 30 e 31.
d) compreender o conceito de "Sociedade Civil" representado no texto da Agenda 2030 e quais são os atores sociais mais proeminentes nessa representação.	Objetivo alcançado a partir da árvore de palavras a partir das análises da palavra raiz empoderamento. Resultado obtido na p. 30.
e) identificar o potencial pragmático representado no texto da Agenda 2030 para que a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se traduza em ações de participação e empoderamento da Sociedade Civil.	Objetivo alcançado a partir da análise da transitividade e da modalização (epistêmica e deôntica). Resultado na p. 27 e 28.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 apresenta em seu texto forte compromisso com a aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das metas que deles se derivam. A participação e o engajamento de atores sociais diversos são considerados imprescindíveis para a efetiva implementação da Agenda 2030, que convoca “todos os países e todas as partes interessadas” para atuarem em parceria colaborativa pela promoção do desenvolvimento sustentável. A diversidade dos atores engajados nessa “jornada coletiva” pela sustentabilidade é representada no texto com suma importância, pois estes trazem perspectivas e possibilidade de atuação em diversos aspectos do desenvolvimento sustentável, no que se refere a questões sociais, econômicas e ambientais.

Todavia, se existe consenso a respeito da importância quanto à diversidade e ao protagonismo dos atores sociais para a implementação da Agenda 2030, o texto é falho em não reconhecer a necessidade de empoderamento da sociedade civil para a participação efetiva nas ações de promoção da sustentabilidade. Isso se revela quando o texto restringe as propostas de empoderamento ao empoderamento feminino, não se referindo a outros grupos sociais em situação de vulnerabilidade, os quais o próprio texto considera importantes para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse caso, torna-se importante a avaliação de que a abstração é característica comum em tratados internacionais, uma vez que se distanciam de definições pragmáticas e meios de implementações palpáveis. Essa abstração que se dá, grande parte das vezes, pela dificuldade de construir um tratado internacional que se encaixe nas agendas dos diversos países signatários, e mais, que se adeque às diversidades socioculturais do mundo heterogêneo em que vivemos. Por mais que isso pareça divergir do que se espera de um texto que se caracterize como uma Agenda, com objetivos e metas realizáveis em horizonte temporal definido, como é o caso da Agenda 2030.

Ao tratar da participação social, o texto apresenta propostas genéricas, por demasiado amplas, de difícil implementação. Em algumas passagens do texto, como visto nas análises, a proposta de se promover participação social incluyente e diversa tem como justificativas ações de capacitação, de geração de emprego e renda e de acesso a novas tecnologias, mas sem que se aponte os recursos e as arenas pelas quais tal participação possa de fato acontecer.

Assim, ainda que a Agenda 2030 enfatize a importância da participação social, há uma lacuna na definição do conceito da sociedade civil que se assume como parte interessada de

tamanho importância. O texto também não apresenta propostas capazes de traduzir ações de fortalecimento de grupos vulneráveis específicos em medidas de transformação da arena política que possam assegurar a efetiva participação da sociedade civil, com toda sua complexidade e diversidade, no jogo de interesses e de poder que se realiza na geopolítica do desenvolvimento.

Uma agenda internacional necessita ter maior abrangência de conceitos e abordar aspectos que envolvem diversas áreas da sustentabilidade. O gestor ambiental, com sua formação transdisciplinar, tem fundamental importância para contribuir na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, influenciando nas propostas de políticas públicas voltadas para o meio ambiente e atuando na gestão alinhada com o tripé da sustentabilidade que considera indissociáveis o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

Estima-se que este estudo possa auxiliar a sociedade civil e a academia a acompanharem a implementação dos ODS e a tendência de evolução das propostas nos acordos internacionais para o desenvolvimento sustentável e, quiçá, possa municiar grupos sociais para ações de transformação do insustentável modelo de desenvolvimento vigente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. L. **As vozes da Rio+20: inserção dos interesses dos grupos sociais nos resultados da Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável.** Universidade de Brasília. Brasília, p. 275. 2014.

BARQUERO, R. V. Â. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, jan./abr. 2012. 173-187. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722>>. Acesso em: 22 jun 2018.

BERTH, J. **O que é empoderamento.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM Brasil. **Portal Brasil - ODM Brasil**, 2000. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 15 out 2018.

BURSZTYN, M. Políticas públicas para o desenvolvimento (sustentável). In: BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 59-76. ISBN 85-86435-59-7.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FREIRE, P. **Conscientização.** São Paulo: Editora Cortez, 1979.

GOHN, M. D. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** [S.l.]: Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. D. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, 13, n. 2, mai./ago. 2004. 20-31. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>>. Acesso em: 20 jun 2018.

GOHN, M. D. G. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas. **Ciências Sociais Unisinos**, 47, n. 1, jan./abr. 2010. 10-17. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/166>. Acesso em: 22 jun 2018.

HOROCHOVSKI, R. R. **Empoderamento: definições e aplicações.** 30o Encontro Anal da ANPOC. Curitiba (Paraná): ANPOCS. 2006. p. 1-13.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social. **Saúde e sociedade**, 18, 2009. 733-743. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Empoderamento%3A+processo+de+fortalecimento+dos+sujeitos+no+s+espa%C3%A7os+de+participa%C3%A7%C3%A3o+social+e+democratiza%C3%A7%C3%A3o+pol%C3%ADtica&btnG=>>. Acesso em: 15 out 2018.

MARTINELLI, Y. R. M.; ARAÚJO, C. L. O gênero dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: representação discursiva da questão de gênero na Agenda 2030. **Revista do CEAM**, 4, n. 1, 2018. 18-41. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/revistadoceam/article/view/15045>>. Acesso em: 14 nov 2018.

OAKLEY, P.; ANDREW, C. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

ONU. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1992a. 03-14 jun 1992.

ONU. Declaração do Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, 6, n. 15, mai./ago. 1992b. 153-159. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov 2018.

ONU. **O futuro que queremos**. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Rio de Janeiro: ONU. 2012. p. 55.

PNUD/IPEA. Plataforma Agenda 2030. **A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, 2017. Disponível em:

<<http://www.agenda2030.com.br/agenda2030.php>>. Acesso em: 02 setembro 2017.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011. ISBN 978-85-7113-336-5.

RESENDE, V. D. M. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**. Campinas: Pontes, 2009. ISBN 978-85-7113-288-7.

RESENDE, V. D. M. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, 12, n. 2, 2012. 439-465.

RESENDE, V. D. M.; ACOSTA, M. D. P. T. Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, 26, n. 1, jan-abr 2018. 421-454. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10246>>. Acesso em: 22 fev 2018.

RESENDE, V. D. M.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

REZENDE, M. J. D. Os objetivos de desenvolvimento do milênio: alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão. **Investigación & Desarrollo**, Barranquilla (Colombia), 16, n. 2, 2008. 184-213. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/268/26816208/>>. Acesso em: 22 jun 2018.

ROCHA, J. A.; COSTA, M. B. B. L. **Estado e Sociedade Civil em Gramsci: uma primeira aproximação**. I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI. Fortaleza: UFC. 2016. p. 1-14.

ROMANO, J.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, 11, jan./jun. 2018. 15-29.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **United Nations Millennium Declaration**. General Assembly 55th Session (Millennium Summit). New York: UN. 2000. p. 9.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **The future we want:** outcome of the United Nations Conference on Sustainable Development. United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20). Rio de Janeiro: UNCSD. 2012. p. 53.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Transforming our world:** the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. New York: United Nations. 2015. p. 35.

VIEIRA, G. T. et al. A utilização da ideia de "empoderamento" em políticas públicas e ações da sociedade civil. **Cadernos de Gestão Social**, Salvador, 2, n. 1, 2009. 135-148. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/63>>. Acesso em: 28 jun 2018.

WANDERLEY, L. E. W. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e metodológicos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Jun./mar/ 2012. 5-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a02n109.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018.